



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO PROJETO DE LEI N.º 153/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores(as) Vereadores(as).

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre a estimativa da Receita e a fixação da Despesa do Município de Balneário Pinhal para o exercício financeiro de 2026, em estrito cumprimento às determinações da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal e da legislação orçamentária vigente.

O presente Projeto de Lei abrange os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, tendo sido elaborado com observância das normas gerais de direito financeiro instituídas pela Lei Federal nº 4.320/64, dos princípios e limites da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, bem como das diretrizes definidas na Lei Municipal nº 2.135, de 11 de novembro de 2025, que estabelece a LDO para o exercício de 2026. Destaca-se, ainda, sua plena consonância com os Anexos de Metas Fiscais e de Metas e Prioridades, de acordo com os objetivos e programas delineados no Plano Plurianual vigente, instituído pela Lei nº 2.088, de 23 de setembro de 2025.

A proposta orçamentária ora apresentada tem como finalidade assegurar a continuidade das políticas públicas e das ações previstas no programa de governo, contemplando projetos prioritários que visam responder, de forma progressiva e eficaz, às necessidades mais prementes da população. Busca-se, assim, o fortalecimento das políticas sociais, a valorização dos serviços essenciais, a melhoria da infraestrutura urbana e o estímulo ao desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental do Município.

Para atingir tais objetivos, o Poder Executivo adotou uma política de alocação de recursos pautada pela responsabilidade fiscal, pela racionalização das despesas e pela busca da eficiência administrativa. Essa diretriz está refletida na organização dos programas de trabalho, garantindo não apenas maior qualidade e continuidade na



***Semeando o futuro.***

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS | (51) 2165-3498 | [www.balneariopinhal.rs.gov.br](http://www.balneariopinhal.rs.gov.br)



oferta dos serviços públicos municipais, mas também a manutenção e execução dos investimentos estratégicos já iniciados.

Ressalte-se que a elaboração desta proposta considerou as perspectivas para o cenário macroeconômico nacional, as oscilações inflacionárias, as projeções de arrecadação, o desempenho das contas públicas nos últimos exercícios, bem como as políticas sociais e econômicas vigentes. Todo o planejamento foi orientado pelo compromisso com a transparência, o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Diante do exposto, entendemos que o Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2026 representa um instrumento fundamental para assegurar o pleno funcionamento das atividades municipais e o avanço das ações governamentais, razão pela qual submetemos sua apreciação e aprovação a esta Egrégia Casa Legislativa.

Balneário Pinhal/RS, 25 de novembro de 2025.

Atenciosamente,

**Luiz Cezar Danelli Furini**  
**Prefeito Municipal de Balneário Pinhal**



***Semeando o futuro.***

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS | (51) 2165-3498 | [www.balneariopinhal.rs.gov.br](http://www.balneariopinhal.rs.gov.br)



PROJETO DE LEI N.º 153, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE  
BALNEÁRIO PINHAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO  
DE 2026.**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

I - o orçamento fiscal, referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e Indireta a ele vinculados, bem como fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III - o orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

**CAPÍTULO II  
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**Seção I**

**Da Estimativa da Receita**

**Art. 2º** A receita orçamentária é estimada, no mesmo valor da despesa, em R\$ 120.500.000,00 (Cento e vinte milhões e quinhentos mil reais).

**Art. 3º** A estimativa da receita por categoria econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:



***Semeando o futuro.***

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS | (51) 2165-3498 | [www.balneariopinhal.rs.gov.br](http://www.balneariopinhal.rs.gov.br)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER EXECUTIVO DO BALNEÁRIO PINHAL



| ESPECIFICAÇÃO                                     | CLASSIFICAÇÃO         | VALOR FINAL    |
|---|-----------------------|----------------|
| <b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>                     | <b>1.0.0.0.00.0.0</b> | 111.812.000,00 |
| Impostos Taxas e Contribuição de Melhoria         | 1.1.0.0.00.0.0        | 30.000.000,00  |
| Receita de Contribuições                          | 1.2.0.0.00.0.0        | 1.900.000,00   |
| Receita Patrimonial                               | 1.3.0.0.00.0.0        | 710.000,00     |
| Receita Agropecuária                              | 1.4.0.0.00.0.0        | 0,00           |
| Receita Industrial                                | 1.5.0.0.00.0.0        | 0,00           |
| Receita de Serviços                               | 1.6.0.0.00.0.0        | 20.000,00      |
| Transferências Correntes                          | 1.7.0.0.00.0.0        | 79.182.000,00  |
| Outras Receitas Correntes                         | 1.9.0.0.00.0.0        | 0,00           |
| <b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>                    | <b>2.0.0.0.00.0.0</b> | 100.000,00     |
| Operações de Crédito Internas                     | 2.1.1.0.00.0.0        | 0,00           |
| Operações de Crédito Externas                     | 2.1.2.0.00.0.0        | 0,00           |
| Alienação de bens                                 | 2.2.0.0.00.0.0        | 100.000,00     |
| Amortização de Empréstimos                        | 2.3.0.0.00.0.0        | 0,00           |
| Transferências de Capital                         | 2.4.0.0.00.0.0        | 0,00           |
| Outras Receitas de Capital                        | 2.9.0.0.00.0.0        | 0,00           |
|   |                       |                |
| <b>7 – RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>  | <b>7.0.0.0.00.0.0</b> | 18.500.000,00  |
| Receita de Contribuições – Intraorç.              | 7.2.0.0.00.0.0        | 4.500.000,00   |
| Receita Patrimonial – Intraorç.                   | 7.3.0.0.00.0.0        | 8.000.000,00   |
| Outras Receitas Correntes – Intraorç.             | 7.X.0.0.00.0.0        | 6.000.000,00   |
|   |                       |                |
| <b>8 – RECEITAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS</b> | <b>8.0.0.0.00.0.0</b> | 0,00           |
| Alienação de Bens – Intraorç.                     | 8.2.0.0.00.0.0        | 0,00           |
| Amortização de Empréstimos – Intraorç.            | 8.3.0.0.00.0.0        | 0,00           |
| Outras Receitas de Capital – Intraorç.            | 8.X.0.0.00.0.0        | 0,00           |
|   |                       |                |
| <b>9 – DEDUÇÕES DA RECEITA</b>                    | (-)                   | -9.912.000,00  |
| ....  |                       |                |
| <b>TOTAL</b>                                      |                       | 120.500.000,00 |

## Seção II

### Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** A despesa orçamentária, no mesmo valor da receita orçamentária, é fixada em R\$ 120.500.000,00 (Cento e vinte milhões e quinhentos mil reais) sendo:

I – No orçamento fiscal, em R\$ 102.000.000,00 (Cento e dois milhões de reais);



**Semeando o futuro.**

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS

(51) 2165-3498

www.balneariopinhal.rs.gov.br



II – No orçamento da seguridade social, em R\$ 18.500.000,00 (Dezoito milhões e quinhentos mil reais);

III – No orçamento do Poder Legislativo R\$ 2.700.000,00 (Dois milhões e setecentos mil reais).

**Art. 5º** A despesa total fixada apresenta o seguinte desdobramento:

| GRUPO DE DESPESA  | CLASSIFICAÇÃO          | VALORES               |
|---|------------------------|-----------------------|
| <b>DESPESAS CORRENTES</b>                                 | <b>3.0.00.00.00.00</b> | 98.826.000,00         |
| Pessoal e Encargos Sociais – exceto modalidade “91”       | 3.1.00.00.00.00        | 50.503.000,00         |
| Pessoal e Encargos Social Operações Intraorçamentárias    | 3.1.91.00.00.00        | 4.105.000,00          |
| Juros e Encargos da Dívida - exceto modalidade “91”       | 3.2.00.00.00.00        | 1.005.000,00          |
| Juros e Encargos da Dívida - Operações Intraorçamentárias | 3.2.91.00.00.00        |                       |
| Outras Despesas Correntes - exceto modalidade “91”        | 3.3.00.00.00.00        | 43.088.000,00         |
| Outras Despesas Correntes Operações Intraorçamentárias    | 3.3.91.00.00.00        | 125.000,00            |
| <b>DESPESAS DE CAPITAL</b>                                | <b>4.0.00.00.00.00</b> | 7.409.000,00          |
| Investimentos - exceto modalidade “91”                    | 4.4.00.00.00.00        | 6.004.000,00          |
| Investimentos – Op. Intraorçamentárias                    | 4.4.91.00.00.00        | 5.000,00              |
| Inversões Financeiras - exceto modalidade “91”            | 4.5.00.00.00.00        |                       |
| Inversões Financeiras – Op. Intraorçamentárias.           | 4.5.91.00.00.00        |                       |
| Amortização da Dívida - exceto modalidade “91”            | 4.6.00.00.00.00        | 1.400.000,00          |
| Amortização da Dívida – Op. Intraorçamentárias.           | 4.6.91.00.00.00        |                       |
| Reserva de Contingência                                   | 99.999.9999            | 14.265.000,00         |
|   |                        |                       |
|   |                        |                       |
| <b>TOTAL</b>  |                        | <b>120.500.000,00</b> |

**Art. 6º** Integram esta Lei, nos termos do art.7º da Lei Municipal nº 2.135/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026, os anexos contendo os quadros orçamentários e demonstrativos das receitas e



**Semeando o futuro.**

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS | (51) 2165-3498 | [www.balneariopinhal.rs.gov.br](http://www.balneariopinhal.rs.gov.br)



despesas, a programação de trabalho das unidades orçamentárias e o detalhamento dos créditos orçamentários.

### Seção III

#### Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

**Art. 7º** Ficam autorizados:

**I** – Ao Poder Executivo, mediante Decreto, a abertura de créditos suplementares até o limite de 20% (Vinte por cento) da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a)** anulação parcial ou total de suas dotações, inclusive a reserva de contingência, observado o disposto no art. 10 da Lei Municipal Nº 2.135/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026;
- b)** incorporação de superávit financeiro do exercício anterior, bem como o que for gerado em 2026 a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos;
- c)** excesso de arrecadação, a ser apurado nos termos do art. 43, §3º, da Lei Federal nº 4.320/1964, obedecidas as respectivas fontes/destinações de recursos.

**II** – Ao Poder Legislativo, mediante resolução da mesa diretora da câmara, a abertura de créditos suplementares até o limite de 20% (Vinte por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias da câmara, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

**Parágrafo único.** As autorizações de que tratam os incisos I e II do caput abrangem também as suplementações de programações que forem incluídas na Lei Orçamentária através de créditos especiais.





**Art. 8º** Além dos créditos suplementares autorizados no inciso I do artigo 7º, e sem prejuízo do limite nele estabelecido, fica o Poder Executivo também autorizado a abrir créditos suplementares destinados ao reforço de:

**I** - de dotações do grupo de natureza da despesa 1 — Pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

**II** - dotações de despesas classificáveis nos elementos 21 – Juros sobre a dívida por contratos, 22 – Outros encargos sobre a dívida por contrato, 71 – Principal da dívida contratual resgatado e 91 – Sentenças Judiciais;

**III** - dotações de despesas suportadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens móveis e imóveis e transferências voluntárias da União e do Estado.

**IV** – Transferências especiais da União.

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

**Art. 9º** A utilização das dotações com origem de recursos provenientes de transferências voluntárias, operações de crédito e alienação de bens fica limitada aos efetivos recursos assegurados, nos termos do art. 22 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.

**Art. 10.** Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

**Art. 11.** O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

**Art. 12.** Ficam atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos no demonstrativo referidos no inciso art. 1º, da Lei Municipal Nº 2.135 /2025 que dispõe





sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2026 em conformidade com o disposto no art. 2º, §1º e 2º da referida Lei.

**Parágrafo único.** Para efeitos de avaliação do cumprimento das metas fiscais na audiência pública prevista no art. 9º, §4º, da Lei Complementar nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas, bem como o resultado primário apurado pela metodologia acima da linha e resultado nominal apurado pela metodologia abaixo da linha, serão comparados com as metas ajustadas nos termos do caput deste artigo.

**Art. 13.** O poder executivo poderá efetuar alterações nos códigos e descrições das funções, subfunções, naturezas de receitas e despesas orçamentárias e fontes de recursos, visando adequá-los às alterações que venham a ser definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS).

**Art. 14** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Pinhal/RS, 25 de novembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

**Luiz Cezar Danelli Furini**  
**Prefeito Municipal do Balneário Pinhal**



***Semeando o futuro.***

Av. Itália, 3100 - Balneário Pinhal/RS | (51) 2165-3498 | [www.balneariopinhall.rs.gov.br](http://www.balneariopinhall.rs.gov.br)